

Manifesto-Programa da Rede Quilombação para as eleições de 2026



A Rede Antirracista Quilombação vem a público manifestar a sua posição quanto ao processo eleitoral brasileiro deste ano tendo em vista a sua condição de organização do movimento negro suprapartidária e comprometida com a emancipação plena da população negra e da classe trabalhadora no Brasil.

1 - DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL



A ascensão ao poder de Donald Trump nos Estados Unidos ampliou os ataques do império do Norte, em aliança com a extrema-direita, à soberania nacional. E isto não é produto apenas da vontade do atual governante estadunidense mas também dos interesses do grande capital transnacional. As novas configurações do capital que implicam em uma radicalização da divisão internacional do trabalho e também uma articulação mais forte

de cadeias produtivas globais implica em disputas mais acirradas pelo controle de territórios e de recursos naturais por parte do grande capital transnacional sediado nas potências imperialistas. Guerras, invasões, intervenções militares que ocorrem no Oriente Médio com o massacre do povo palestino, ataque ao Líbano, Síria e Irã tendo como protagonista o Estado de Israel apoiado e financiado pelo imperialismo estadunidense, são uma das faces mais cruéis desta conjuntura.

A recente onda de vitórias da direita e da extrema-direita em eleições na América Latina ocorre em um contexto de renovada ofensiva imperialista dos Estados Unidos sobre a região. Sob a retórica de defesa da democracia e combate ao narcotráfico, Washington tem promovido intervenções diretas que violam frontalmente o princípio da não intervenção e a soberania nacional dos países latino-americanos — o ataque militar à Venezuela e o sequestro de seu presidente em janeiro de 2026 são o exemplo mais grave desse novo imperialismo, enquanto Cuba segue sob crescente pressão econômica e uma intensificação fabricada de sua crise energética, além das ameaças que sofre de uma intervenção nos mesmos moldes venezuelanos. Essa conjuntura recoloca a defesa da soberania nacional no centro do debate político continental, uma vez que a subordinação da região aos interesses geopolíticos e econômicos dos EUA torna-se cada vez mais explícita, exigindo dos países latino-americanos uma posição firme contra qualquer forma de ingerência externa em seus assuntos internos.

Ao lado disso, o imperialismo age com tentativas de colonização do território brasileiro para exploração dos recursos minerais das chamadas “terras raras” e o enquadramento da economia brasileira a mera exportadora de “commodities” que favorece setores econômicos que invadem territórios de povos originários, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, destruindo o ambiente e os seus sentidos simbólicos e econômicos para estes povos.

O imperialismo estadunidense tem os seus prepostos no país, como a extrema direita representada por diversas candidaturas, em particular do filho do ex-presidente detido por tentativa de golpe. Por isto, derrotar a extrema direita nestas eleições em todos os níveis - nas eleições majoritárias em nível nacional e estadual e nas eleições parlamentares - é tarefa fundamental para a defesa da soberania nacional.

A Rede Antirracista Quilombação considera que a agenda política de defesa da soberania nacional implica necessariamente na ampliação da democracia no seu sentido substantivo para a classe trabalhadora, em especial a população negra e indígena que é maioria neste país. Por isso, enfrentar o racismo estrutural deve ser o centro da agenda de defesa da democracia e da soberania nacional. Por esta razão, apresentamos abaixo os tópicos que consideramos fundamentais serem defendidos pelas candidaturas do campo progressista que os militantes da entidade apoiarão.



2 - REGULAMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE REDE (pela aprovação do PL 2630/2020)

As plataformas de rede são o principal instrumento de constituição do ambiente favorável ao discurso extremista de direita. A apropriação deturpada do conceito de liberdade de expressão por parte das empresas que controlam as plataformas de rede é a permissão livre para a disseminação de discursos racistas, misóginos, machistas entre outros que tem resultados concretos: aumento da violência de gênero, das práticas racistas e disseminação de outros discursos de ódio. Tudo isso em nome da lucratividade que o modelo de economia das plataformas possibilita. Estas empresas são todas sediadas nos países centrais do capitalismo, em especial os Estados Unidos. Assim, como qualquer atividade econômica, o negócio das plataformas de rede precisa ser regulamentado. Ainda que haja limitações, **a Rede Quilombação defende a aprovação do Projeto de Lei 2630/2020 na Câmara dos Deputados**, como ponto de partida para uma regulamentação democrática das plataformas de rede. É preciso pôr um freio neste negócio que impulsiona articulações machistas, misóginas, transfóbicas e racistas. Além disso, **a Rede Quilombação defende o investimento do Estado na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nacionais para este campo, além de impedir que o território nacional seja ocupado por DataCenters**, espaços onde as BigTechs colocam seus supercomputadores para processamento de informações para Inteligência Artificial, que não gera emprego e ainda consome recursos hídricos e energia em grande quantidade.

3 - PELA PROIBIÇÃO TOTAL DO FUNCIONAMENTO DAS PLATAFORMAS DE JOGOS DE AZAR (BETS) NO BRASIL: Por um Estado que defenda o povo endividado, e não os lucros do vício.

O Estado brasileiro vive uma contradição fatal: com a Lei 14.790/2023, tornou-se sócio de um modelo de negócios que sangra a periferia e drena recursos do Bolsa Família, enquanto a Lei 14.181/2021 (Lei do Superendividamento) tenta, em vão, nos proteger da ruína. Não há regulamentação que controle um sistema global controlado por gigantes como Entain e Flutter, sustentado no Brasil por uma teia que une clubes de futebol, influenciadores digitais e a financeirização da nossa miséria.

A proliferação desenfreada das plataformas digitais de jogos de azar e apostas online, as chamadas "bets" e os cassinos virtuais, representa o maior ataque contemporâneo à estabilidade financeira e à soberania econômica do Brasil. Estimativas de órgãos econômicos e do setor bancário indicam que cerca de 20 bilhões de reais são drenados mensalmente do orçamento das famílias brasileiras, retirando recursos vitais do comércio local, da alimentação e dos serviços essenciais para transferi-los a corporações sediadas em paraísos fiscais. Essa verdadeira sangria econômica opera como uma engrenagem de evasão de divisas e lavagem de dinheiro internacional que empobrece o país, desidrata a economia real, precariza o consumo básico e enriquece conglomerados obscuros que não geram empregos nem retorno social para a população.

Os impactos humanos dessa arquitetura predatória já configuram uma crise social sem precedentes, aprofundando o superendividamento das famílias brasileiras em um momento no qual mais de 70% dos lares já enfrentam dívidas. Alimentadas por algoritmos viciantes e por uma publicidade agressiva que utiliza influenciadores digitais para vender a ilusão do ganho fácil, essas plataformas capturam milhões de trabalhadores e beneficiários de programas sociais, que chegam a comprometer parcelas expressivas de seus rendimentos e salários mínimos em apostas. O resultado é uma epidemia nacional de vício em jogos de azar que destrói patrimônios, corrói a renda familiar e gera um aumento alarmante nos índices de depressão, ansiedade, ruína financeira e desestruturação dos lares, transformando o desespero da população em lucro corporativo.

Diante desse cenário avassalador de adoecimento coletivo e pilhagem econômica, o debate sobre a simples "regulamentação" ou tributação do vício é insuficiente e moralmente inaceitável. **A REDE QUILOMBAÇÃO EXIGE** de todas as candidaturas aos cargos majoritários nas eleições de 2026 o compromisso firme e inegociável de implementar a **PROIBIÇÃO TOTAL E IRRESTRITA** das plataformas de jogos de azar e apostas digitais no território nacional. Esse compromisso deve incluir o bloqueio imediato dos domínios virtuais, o banimento de qualquer forma de publicidade, o congelamento dos fluxos financeiros por meio das instituições bancárias e a responsabilização criminal das redes de exploração do jogo.

Chega de omissão enquanto o vício drena bilhões por mês de nossas comunidades e vira ativo de luxo no mercado financeiro. Porque nossa soberania econômica e nossa saúde mental não estão à venda: **a única regulação que nos serve é a proibição total, já.**

4 - DEFESA DA SOBERANIA SOBRE OS RECURSOS DAS TERRAS RARAS

A criação de uma empresa pública para gerir a exploração dos minerais das terras raras é uma bandeira fundamental para impedir mais um saque das riquezas brasileiras por parte do capital transnacional e o imperialismo. O Brasil tem importantes jazidas de minerais estratégicos para a indústria eletrônica, despertando a cobiça do imperialismo. A constituição de um instrumento público de controle não só possibilita que estes recursos sejam destinados ao povo brasileiro como também se gerencie a sua exploração garantindo os direitos dos povos que habitam estas regiões. **Por isto, a Rede Quilombação defende a criação da Terrabrás, estatal que irá gerenciar e controlar a exploração dos minerais das terras raras.**



Nesse sentido, a criação da Terrabrás deve estar vinculada a um compromisso público permanente com a proteção dos territórios, da saúde das populações e dos modos de vida das comunidades atingidas pela mineração. A exploração das terras raras precisa ser precedida por estudos ambientais e sanitários rigorosos e observar integralmente a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, assegurando aos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé, realizada antes de qualquer decisão administrativa ou autorização de exploração que possa afetar seus territórios. Também devem ser garantidas a participação popular nas decisões, a transparência sobre os riscos, o monitoramento contínuo da qualidade da água, do ar, do solo e dos alimentos, e o fortalecimento dos serviços locais do Sistema Único de Saúde, fortalecendo o debate de combate ao racismo ambiental e de uma transição justa.

5 - FIM DO ARCABOUÇO FISCAL E DA AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Não existe nenhuma experiência de nação soberana que se desenvolve economicamente criando oportunidades para a juventude e a classe trabalhadora onde o Estado não atue investindo em áreas estratégicas. Sem contar que o imenso fosso social - que tem profundas marcas raciais e de gênero - só pode ser enfrentado com um pesado investimento em políticas públicas. Entretanto, a ditadura do discurso único neoliberal do Estado mínimo e do “equilíbrio fiscal” materializado em propostas como “lei de responsabilidade fiscal”, “teto de gastos”, “arcabouço fiscal” entre outros interdita o investimento público. O orçamento público hoje é capturado pelo capital rentista com o direcionamento de quase a metade dele para pagamento de juros da dívida pública e pelo parlamento com o avanço das emendas parlamentares que cada vez mais se transformaram em instrumentos de corrupção. **A Rede Quilombação defende o fim do arcabouço fiscal e também o fim da chamada “autonomia” do Banco Central.** A autonomia - aprovada no governo passado de extrema direita - significou a privatização da autoridade monetária máxima para o capital rentista que define os rumos da política macroeconômica do país. Hoje, o Brasil tem uma das maiores taxas de juro do mundo interditando o crescimento econômico.

6 - POR UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE RESPEITO AOS CIDADÃOS

A política de segurança pública brasileira, historicamente pautada na política repressiva da "guerra às drogas", opera como um mecanismo estruturado de controle social que vitimiza de forma sistemática a população preta, pobre e periférica. Sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, o Estado brasileiro direciona suas forças para incursões bélicas cotidianas em favelas e periferias, resultando em altas taxas de letalidade policial, no encarceramento em massa da juventude negra e na violação contínua de direitos fundamentais. Esse modelo, que prioriza a violência armada em detrimento da inteligência e da garantia de serviços públicos básicos, provou ser ineficiente na contenção do crime organizado, cumprindo com eficácia apenas o papel de perpetuar o genocídio do povo negro e a vulnerabilização dos territórios populares.

Aprofundando essa lógica violenta, a recente determinação do governo dos Estados Unidos que reclassifica facções criminosas brasileiras como organizações terroristas representa uma grave ofensa à soberania nacional do Brasil e um incentivo à escalada da militarização. Trata-se de uma ingerência imperialista que tenta impor a doutrina de segurança norte-americana aos países latino-americanos, abrindo precedentes perigosos para a relativização do direito internacional e para o uso de métodos de exceção. Ao tratar a criminalidade comum sob o arcabouço do combate ao terrorismo, essa classificação fortalece o discurso punitivista, justifica o uso desmedido da força sobre as populações periféricas e desvia a atenção da verdadeira necessidade de soberania política e de políticas sociais profundas e autônomas.

Diante do cenário eleitoral de 2026, **a Rede Quilombação reivindica que todas e todos os candidatos às eleições majoritárias assumam um compromisso público e inegociável com a construção de uma segurança pública cidadã e verdadeiramente antirracista.** É imperioso que o próximo ciclo governamental abandone o paradigma bélico da guerra às drogas e promova reformas estruturais focadas na redução dos homicídios estatais, no combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de armas de alto calibre, e na implementação de abordagens de saúde pública e redução de danos. O voto da população trabalhadora e periférica em 2026 estará condicionado ao repúdio firme às intervenções externas e ao compromisso real de interromper a violência de Estado, garantindo o direito pleno à vida para a população negra vulnerável.



7 - APROVAÇÃO DA PEC DAS REPARAÇÕES

A Rede Antirracista Quilombação defende a aprovação no Congresso da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 27/2004 que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e Promoção da Igualdade Racial. A reparação ao povo negro

brasileiro é um direito reconhecido pelo Judiciário brasileiro. A atual condição social, econômica e política do povo negro brasileiro é fruto de séculos de escravidão e de uma abolição inconclusa marcada por séculos de políticas de exclusão e genocídio. Mesmo as recentes conquistas normativas de combate ao racismo e políticas de ação afirmativa sofrem com a escassez de recursos para a sua plena execução. A instituição de um mecanismo que garante recursos para as necessárias reparações ao povo negro é condição fundamental para o avanço na luta por equidade racial.



Comissão Especial da Câmara dos Deputados que aprovou a PEC das Reparações

8 - REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA E FIM DA ESCALA 6 POR 1

A reforma trabalhista aprovada no governo golpista de Michel Temer em 2017 ampliou ainda mais a precarização do trabalho. Hoje, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial negros, estão no chamado “mercado informal”. São faxineiras, diaristas, trabalhadores em aplicativos, em bicos, trabalhando sem

qualquer proteção legal e ainda descobertos pela Previdência Social. Além disso, a jornada vigente de seis dias de trabalho e somente um dia de folga é uma aberração - vários países do mundo tem reduzido a jornada de trabalho para até 35 horas semanais, pois os avanços tecnológicos ampliaram a produtividade do trabalhador. Não é possível que um trabalhador ou uma trabalhadora gaste, em média nas grandes cidades, de duas a três horas de deslocamento, trabalhar oito horas e ter apenas um dia para descanso. O fim da jornada 6 por 1 foi aprovada na Câmara dos Deputados e está parada no Senado. **A Rede Quilombação defende a aprovação do fim da jornada 6 por 1 e a revogação da contra-reforma trabalhista de Temer, garantindo a todos trabalhadores e trabalhadoras os direitos trabalhistas e previdenciários.**





9 - DIREITOS DOS TRABALHADORES EM APLICATIVOS

Uma grande parcela de jovens negras e negros trabalham em plataformas de aplicativos de transporte e entrega de forma precarizada. Cumprem jornadas exaustivas, expondo-se a riscos de acidentes e sem qualquer proteção legal. As plataformas de aplicativos lucram enormemente com isto e não se responsabilizam pela segurança e saúde dos trabalhadores. **Assim, a Rede Quilombação defende que se normatize os direitos dos trabalhadores em aplicativos, como valor mínimo de entrega, seguridade social entre outros a partir do diálogo direto com a categoria.**

10 - POR PROJETO DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA-AMBIENTAL ANTIRRACISTA



Diante do avanço das mudanças climáticas e da intensificação de enchentes, secas, ondas de calor, deslizamentos e outros eventos extremos, é fundamental que os governos adotem políticas permanentes de adaptação e mitigação, com investimento em pesquisa, financiamento público e fortalecimento dos serviços essenciais. Essas ações devem reconhecer que a crise climática atinge de forma desigual a população brasileira,

afetando principalmente comunidades negras, indígenas, quilombolas, tradicionais e periféricas, historicamente mais expostas à precariedade habitacional, à falta de saneamento, à poluição e aos riscos de adoecimento e morte. Enfrentar essa crise exige combater o racismo ambiental, priorizar os territórios mais vulnerabilizados, garantir participação popular e valorizar os saberes das comunidades, protegendo a vida e o direito de permanência em seus territórios.